

Berkan
CONSULTORIA & AUDITORIA

ENGIE

Laudo de Avaliação

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis e ajustado às práticas contábeis brasileiras da **Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda.** em **31 de agosto de 2026**.

Berkan
CONSULTORIA & AUDITORIA

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis e ajustado às práticas contábeis brasileiras

Aos Acionistas e Administradores da
Engie Brasil Energia S.A.
Florianópolis - SC

Dados do avaliador

1. Berkan Auditores Independentes S.S., sociedade estabelecida na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Joinville, nº 308, 2º andar, sala 202, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 21.449.300/0001-22 e registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina sob o nº SC009075/O-7, neste ato representada por seu sócio, Sr. Bradlei Ricardo Moretti, contador, inscrito no CPF sob o nº 797.311.479-34 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina sob o nº SC023618/O-6, residente e domiciliado em Blumenau/SC, foi nomeada pela administração da Engie Brasil Energia S.A. ("EBE"), inscrita no CNPJ sob o nº 02.474.103/0001-19, para submissão à respectiva assembleia geral de acionistas, para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil da Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("Sociedade" ou "EBC"), inscrita no CNPJ sob o nº 04.100.556/0001-00, em 31 de agosto de 2026, em observância ao Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, apresentando, a seguir, o resultado de seus trabalhos.

Objetivo da avaliação

2. O presente laudo tem por objetivo determinar o valor do patrimônio líquido contábil da Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda., apurado por meio dos livros contábeis e ajustado às práticas contábeis adotadas no Brasil, com base em sua posição patrimonial levantada em 31 de agosto de 2026, para fins de subsidiar sua incorporação por sua sócia controladora, Engie Brasil Energia S.A., em observância à legislação societária aplicável e às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

3. A administração da Sociedade é responsável pela escrituração dos livros e pela elaboração das informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade encontra-se descrito no Anexo III deste laudo.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do avaliador

4. Nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre o valor do patrimônio líquido contábil da Sociedade, apurado por meio dos livros contábeis e ajustado às práticas contábeis adotadas no Brasil, em 31 de agosto de 2026, com base nos trabalhos realizados em conformidade com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nossos trabalhos compreenderam o exame do balanço patrimonial levantado na referida data, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, as quais requerem o cumprimento de exigências éticas pelo contador, bem como o planejamento e a execução dos trabalhos com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil ajustado objeto de

nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante. Nossos trabalhos não constituem auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade tomadas em conjunto e, por essa razão, não expressamos opinião de auditoria sobre elas.

5. A emissão de laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil ajustado requer a aplicação de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência apropriada e suficiente acerca dos saldos contábeis registrados. Os procedimentos aplicados dependeram de nosso julgamento profissional, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido contábil ajustado, independentemente de ser causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, consideramos os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Sociedade, com a finalidade de definir os procedimentos de exame apropriados às circunstâncias, e não com o propósito de expressar opinião sobre a efetividade desses controles internos. Nossos trabalhos incluíram, ainda, a avaliação da adequação das práticas contábeis adotadas e da razoabilidade das estimativas contábeis efetuadas pela administração. Entendemos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Base para ajuste do patrimônio líquido às práticas contábeis adotadas no Brasil

6. No curso de nossos trabalhos, identificamos ativos registrados nos livros contábeis da Sociedade mensurados em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referente a: (i) recebível de transferência de energia mantido indevidamente em contas a receber de clientes; (ii) imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos sobre provisão; e (iii) crédito de imposto de renda e contribuição social a recuperar registrado em valor superior. Os ajustes necessários à sua adequação, quantificados de forma satisfatória, reduzem o patrimônio líquido em R$ 2.016.707,31, em termos líquidos, e foram considerados na apuração do valor objeto deste laudo, embora não estejam escriturados nos registros contábeis da Sociedade na data-base. A natureza, o critério e o valor desses ajustes estão demonstrados na coluna “Ajustes de avaliação” do Anexo I e detalhados no Anexo II.

Conclusão

7. Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R$ 34.242.718,74 (trinta e quatro milhões, duzentos e quarenta e dois mil, setecentos e dezoito reais e setenta e quatro centavos), apurado a partir do Balanço Patrimonial em 31 de agosto de 2026 e apresentado, expresso em milhares de reais, no Anexo I, o qual contempla os ajustes descritos no parágrafo 6, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda., ajustado às práticas contábeis adotadas no Brasil, a ser incorporado pela Engie Brasil Energia S.A..

Blumenau, 19 de outubro de 2026

BERKAN Auditores Independentes S.S.
CRC SC 009075/O-7

BRADLEI RICARDO MORETTI:79731147934

Assinado de forma digital por BRADLEI RICARDO MORETTI:79731147934
Dados: 2026.10.19 13:39:09 -03'00'

Bradlei Ricardo Moretti
Sócio
Contador CRC SC 023618/O-6

Berkan
CONSULTORIA & AUDITORIA

Anexo I - Balanço patrimonial

Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda.
Balanço patrimonial em 31 de agosto de 2026
(valores expressos em milhares de reais)

	31/08/2026	Ajustes de avaliação	31/08/2026 Ajustado
Ativos			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	170.080	-	170.080
Contas a receber de clientes	394.414	(2.836)	391.578
Outros créditos fiscais a recuperar	2.316	-	2.316
Outros ativos circulantes	1.337	-	1.337
	568.147	**(2.836)**	**565.311**
Não circulante			
Contas a receber de clientes	5.205	-	5.205
Crédito de imposto de renda e contribuição social	28.683	(437)	28.246
Outros créditos fiscais a recuperar	1.075	-	1.075
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.398	1.257	5.655
Outros ativos não circulantes	6.214	-	6.214
Imobilizado	381	-	381
	45.956	**820**	**46.776**
Total de ativos	**614.103**	**(2.016)**	**612.087**

	31/08/2026	Ajustes de avaliação	31/08/2026 Ajustado
Passivos			
Circulante			
Fornecedores	320.691	-	320.691
Dividendos	41.378	-	41.378
Obrigações fiscais	10.766	-	10.766
Imposto de renda e contribuição social a pagar	7.476	-	7.476
Adiantamento de clientes	83.349	-	83.349
Outros passivos circulantes	787	-	787
	464.447	**-**	**464.447**
Não circulante			
Adiantamento de clientes	113.397	-	113.397
	113.397	**-**	**113.397**
Patrimônio líquido			
Capital social	15.038	-	15.038
Lucros acumulados	21.221	(2.016)	19.205
	36.259	**(2.016)**	**34.243**
Total de passivos e patrimônio líquido	**614.103**	**(2.016)**	**612.087**

Berkan
CONSULTORIA & AUDITORIA

Anexo II - Ajustes de avaliação

Em atendimento ao item 35, alínea (I), subitem (i), do CTG 2002, este anexo detalha os ajustes efetuados aos saldos contábeis da Sociedade para refletir a adoção das práticas contábeis adotadas no Brasil. Tais ajustes foram considerados na apuração do patrimônio líquido objeto deste laudo e não se encontram escriturados nos livros contábeis na data-base, estando demonstrados na coluna "Ajustes de avaliação" do Anexo I.

(i) Contas a receber de clientes (ativo circulante): baixa de R$ 2.836.108,40, com contrapartida em lucros acumulados, referente ao saldo a receber da nota fiscal nº 187704, de 10 de março de 2026, relativa à transferência de energia emitida pela filial do Rio de Janeiro. O saldo permaneceu registrado em razão de reversão manual que não foi desfeita no mês seguinte, o que manteve o recebível e o resultado do período registrados a maior. Por não representar direito da Sociedade ao recebimento de caixa, o saldo não atende à definição de ativo da Estrutura Conceitual (CPC 00 (R2)), razão pela qual foi baixado para fins deste laudo, com efeito de redução do patrimônio líquido.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo não circulante): reconhecimento de R$ 1.256.223,53, com contrapartida em lucros acumulados. Em maio de 2026, a Sociedade adicionou ao LALUR e ao LACS a provisão para contingências de arbitragem sem constituir o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos sobre essa diferença temporária. Em agosto de 2026, com a realização e a exclusão da provisão na apuração dos tributos, a Sociedade baixou os tributos diferidos correspondentes, que não haviam sido registrados, o que reduziu indevidamente o saldo do ativo. Considerando as diferenças temporárias controladas na parte B do LALUR e do LACS, os saldos corretos em 31 de agosto de 2026 são de R$ 4.157.506,51 de imposto de renda e de R$ 1.496.702,34 de contribuição social. O ajuste observa o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, que requer o reconhecimento de ativo fiscal diferido sobre as diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável a existência de lucro tributável futuro, e aumenta o patrimônio líquido.

(iii) Crédito de imposto de renda e contribuição social (ativo não circulante): redução de R$ 436.822,44, com contrapartida em lucros acumulados. O saldo corresponde ao crédito de IRPJ e CSLL recolhidos sobre os valores da taxa SELIC recebidos em repetição de indébito tributário, cuja recuperação foi assegurada pela ação judicial nº 5029253-29.2020.4.04.7200 (Tema 962 do STF) e habilitada pela Receita Federal em 2025. Conforme a memória de cálculo da Sociedade, o crédito atualizado em 31 de agosto de 2026 é de R$ 20.783.708,07, enquanto os saldos contábeis somam R$ 21.220.530,51. Como a parcela registrada acima do valor apurado na memória de cálculo não representa direito da Sociedade e, portanto, não atende à definição de ativo da Estrutura Conceitual (CPC 00 (R2)), o saldo foi ajustado ao valor da memória de cálculo, com efeito de redução do patrimônio líquido.

O efeito líquido dos ajustes corresponde a uma redução de R$ 2.016.707,31 no patrimônio líquido, que passa de R$ 36.259.426,05, conforme registrado nos livros contábeis, para R$ 34.242.718,74, valor objeto da conclusão deste laudo. A administração da Sociedade é responsável pela escrituração dos ajustes identificados.

Anexo III - Principais políticas contábeis

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC" ou "Sociedade"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 20.10.2000, com prazo de duração indeterminado. A Sociedade tem como objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica e a comercialização de insumos para a geração de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

A Sociedade não tem empregados e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Sociedade é conduzida pela controladora, Engie Brasil Energia S.A. ("Engie"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da Sociedade.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

As informações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas informações contábeis evidenciam todas as informações relevantes que lhes são próprias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data-base das informações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos das perdas de crédito esperadas (impairment). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável.

b) Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação e que essa obrigação possa ser razoavelmente estimada. A atualização da provisão ao longo do tempo é reconhecida como despesa financeira.

c) Imposto de renda e contribuição social

São segregados no balanço patrimonial entre impostos correntes e diferidos.

c.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo lucro real, de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data-base das informações contábeis.

c.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

f) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Sociedade, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

g) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das informações contábeis é necessário que a Administração da Sociedade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação das respectivas informações. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As informações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas a provisões.

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. Quando relevantes, os processos avaliados como de risco possível são divulgados neste anexo.

h) Mensuração do valor justo

A Sociedade mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas informações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Sociedade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente, por meio de outras informações, diferentes dos preços cotados (nível 1); e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas na mensuração do valor justo não estão disponíveis no mercado (não observáveis).

***